

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e as implicações políticas para Goiás

The government of Getulio Vargas (1930-1945) and the political implications for Goiás

El gobierno de Getúlio Vargas (1930-1945) y las implicaciones políticas para Goiás

Recebido: 20/11/2021 | Revisado: 29/11/2021 | Aceito: 01/12/2021 | Publicado: 12/12/2021

Denise Oliveira Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0404-5711>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: denisedias92@gmail.com

Fausto Miziara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3676-9343>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: faustomiziara@uol.com.br

Camila Romero Lameirão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3327-6620>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: cromero.cp@gmail.com

Resumo

O objetivo geral do artigo é identificar quais foram as consequências do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) para o estado de Goiás. Para a confecção deste, foi realizada uma pesquisa bibliográfica contemplando livros, artigos científicos, teses e dissertações. Para descrever as alterações migratórias e de produção em Goiás, foram consultadas fontes documentais, tais como recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Relatório Oficial enviado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira ao Presidente Vargas (1930). Os resultados encontrados demonstraram que o alinhamento da política goiana com o governo federal, possibilitou mudanças significativas para o estado de Goiás, tais como a construção de Goiânia e da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Os efeitos desta parceria entre política estadual e federal entre 1930-1945, podem ser observados no aumento das migrações para a região e incremento da produção agrícola. A conclusão é que no período de 1930-1945 foi o início do processo político de integração do estado de Goiás à economia nacional, graças ao arranjo político da época no campo estadual e federal.

Palavras-chave: História de Goiás; Caiadismo; Bulhonismo; Marcha para o Oeste; Pedro Ludovico Teixeira.

Abstract

The general aim of the article is to identify the consequences of the government of Getúlio Vargas (1930-1945) for the state of Goiás. It was did a bibliographical research covering books, scientific articles, thesis and dissertations. And to describe the migration and production changes in Goiás were did documentary research, such as censuses from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and the Official Report sent by the intervener Pedro Ludovico Teixeira to President Vargas (1930). The results found showed that the alignment of the Goiás policy with the federal government enabled significant changes for the state of Goiás, such as the construction of Goiânia and the National Agricultural Colony of Goiás (CANG). The effects of this partnership between state and federal policy between 1930-1945 can be seen in the increase of migration to the region and the growth of agricultural production. It is concluded that the period 1930-1945 was the beginning of the political process of insertion of Goiás into the national economy, because of the political arrangement at the time in the state and federal spheres.

Keywords: History of Goiás; Caidismo; Bulhonismo; March to the West; Pedro Ludovico Teixeira.

Resumen

El objetivo general del artículo es identificar las consecuencias del gobierno de Getúlio Vargas (1930-1945) para el estado de Goiás. Se realizó una revisión bibliográfica de libros, artículos científicos, tesis y disertaciones; así como una investigación documental que incluye censos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y un informe oficial enviado por el interviniente Pedro Ludovico Teixeira al presidente Vargas (1930). Los resultados encontrados mostraron que la alineación de la política de Goiás con el gobierno federal permitió cambios significativos para el estado de Goiás, como la construcción de Goiânia y la Colonia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Los efectos de esta asociación entre la política estatal y federal entre 1930-1945 se pueden ver en el aumento de la migración a la región y el aumento de la producción agrícola. La conclusión es que el período 1930-1945 fue el inicio del proceso político para la integración del estado de Goiás a la economía nacional, gracias al arreglo político del momento en los ámbitos estatal y federal.

Palabras clave: Historia de Goias; Caidismo; Bulhonismo; Marcha hacia el Oeste; Pedro Ludovico Teixeira.

1. Introdução

A história política de Goiás é recheada de brigas e tensões relativas aos políticos que exerceram o poder desde a proclamação da República em 1889 até 1945. Goiás era antes da década de 1930 considerado um estado isolado geograficamente, por não ser contemplado com o litoral, somado à ausência de estradas e meios de transportes que o interligassem ao restante do país. Se desenvolveu num estado de periferia e autonomia, que Campos (2003) chama de autonomia negativa.

O objetivo deste trabalho é estudar quais foram as transformações políticas ocorridas no estado de Goiás durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Os objetivos específicos são: a) analisar qual o contexto que precedeu a Revolução de 1930 no Brasil, b) descrever quais as mudanças que o governo de Getúlio Vargas acarretou no país de forma geral, c) narrar o contexto político do estado de Goiás até 1930 e d) identificar quais foram as alterações acontecidas no estado de Goiás a partir da Revolução de 1930.

O problema do trabalho está contido na pergunta: O que o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) significou para o estado de Goiás?

Nos resultados encontrados, foi observado que em primeiro lugar, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) significou mudanças na estrutura política do estado, quando nomeou como interventor Pedro Ludovico Teixeira, que era até então uma figura desconhecida do cenário político de Goiás, pois desde a proclamação da República, o estado de Goiás era governado alternadamente por duas famílias principais: os Caiado e os Bulhões. Entretanto, os resultados do trabalho apontam que apesar do governo de Pedro Ludovico Teixeira ter sido anunciado como um novo tempo para Goiás, este não rompeu totalmente com as elites agrárias que o antecederam, pois foi similar aos demais no que toca a maneira não democrática de condução das políticas públicas (sem consulta popular).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) para Goiás significou, portanto, sistematicamente: 1) mudanças na política estadual, colocando Pedro Ludovico Teixeira no poder; 2) interligação do estado de Goiás com o restante do país, através do investimento em transportes, construção de Goiânia e implementação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás); 3) e por fim, representou a inserção de Goiás na economia nacional, por conta da aliança entre governos estadual e federal, decorrente da Revolução de 1930.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a revisão bibliográfica, pois esta modalidade de pesquisa: “é caracterizada pela utilização de fontes secundárias, ou seja, pela identificação e análises dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com que já se produzia a respeito do seu tema de pesquisa (Capperllari & Rezende, 2021, p. 2).

Entretanto, ressalta-se que existem 3 tipos de revisões bibliográficas, sendo estes: a revisão narrativa, a revisão integrativa e a revisão sistemática (Unesp, 2015). Nesse trabalho, foi utilizada a revisão narrativa, pois esta modalidade permite uma busca mais abrangente do tema de pesquisa, sem a necessidade de definição específica dos termos de busca utilizados. Após realizada a busca dos dados, é feita uma discussão e apresentada juntamente com os resultados em formato de artigo (Batista & Kumada, 2021).

Este trabalho é fruto da disciplina de Oficinas ministrada no Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás, onde o propósito desta é que o discente desenvolva uma pesquisa sob a orientação de um docente que não seja vinculado ao programa, a fim de estimular a prática da interdisciplinaridade. No caso deste, foi escolhido um docente do Programa de Pós Graduação em Ciência Política a fim de contribuir para a pesquisa sobre alterações na política goiana através do governo Vargas na década de 1930.

A revisão narrativa segundo Sousa et al. (2018) é constituída por 6 etapas, sendo: 1) a escolha do tema; 2) busca na literatura; 3) seleção de fontes; 4) leitura transversal; 5) redação e; 6) referências. O primeiro passo foi definir a pergunta principal, a qual define o tema e problema da pesquisa: O que o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) significou para Goiás?

Em seguida foram consultados bancos de dados como: Google Acadêmico, Periódico Capes e o gerenciador de referências Mendeley, a fim de levantar artigos científicos para se estruturar o referencial teórico deste.

Para localizar dissertações e teses sobre o tema da política em Goiás no período republicano, foi utilizada a plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Como dado documental que mostrasse o censo em Goiás no ano de 1920 e posteriormente no ano de 1940, foi consultada a Biblioteca Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) online.

Para escrever sobre os governantes do estado de Goiás durante 1889-1930, foi consultado o Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) disponível online no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDDOC).

Como a pesquisa tem como objetivo a exploração de como estava a situação política no estado de Goiás no período anterior à década de 1930, para depois discutir os impactos da Revolução de 1930 em Goiás, foi necessário procurar por obras históricas, as quais foram utilizadas como alicerce para este trabalho, tais como: Fausto (2019), Hobsbawm (1995), Karnal (2017), e a obra histórica escrita pelo jornalista Lira Neto (2012) sobre Getúlio Vargas.

Para compreender a economia da época, foram usados como referências fundamentais os teóricos: Furtado (2007), Cano (2008), Souza e Pires (2010). Como teóricos essenciais para a compreensão da história de Goiás foram consultados: Silva (2017), Borges (2000), Moraes (1974) e Campos (2003).

Para a discussão das políticas públicas e os tomadores de decisão no Brasil as referências fundamentais foram: Codato (2008) e Martins (2017).

A partir da estipulação da pergunta, escolha dos teóricos fundamentais, foram selecionados artigos científicos atuais que somassem à discussão do tema.

A seguir foi tecido um roteiro de escrita que possibilitasse a apresentação dos dados, em primeiro lugar foi descrito a situação geral da política brasileira quando Vargas (1930) assumiu o poder, e em seguida, foi abordada a condição de Goiás, antes de 1930 e posterior à 1930. Nos resultados foram apresentados os efeitos observados na pesquisa da Revolução de 1930 para o estado de Goiás.

3. Discussão

3.1 Visão geral da situação política do país quando Vargas chegou ao poder

Em 1898 foi instituída pelo presidente Campos Sales (1898-1902) a “política dos governadores”, a qual estabeleceu que o governo federal não interferiria nos assuntos estaduais, em troca de que os governadores ajudassem a serem eleitos deputados e senadores que estivessem aliados aos interesses do governo federal (Fausto, 2019).

A política dos governadores consistia basicamente em uma: “fórmula política capaz de permitir o máximo de liberdade política na esfera estadual e de delegar aos governadores a chefia do partido e das oligarquias estaduais, bem como manter os compromissos do arranjo político nacional” (Campos, 2003, p. 22).

Nesse contexto, os coronéis, chefes municipais, eram os responsáveis por trabalhar para a eleição dos deputados e senadores escolhidos pelo governo federal nos municípios. Como o voto nessa época não era secreto, muitas pressões ocorriam para estimular os eleitores ao voto compulsório em candidatos pré-estabelecidos, o que dificultava muito a justiça e a alternância de poder nas eleições brasileiras: “em âmbito estadual, o arranjo coronelista é estabelecido pelo compromisso entre os grupos políticos municipais sob o controle do executivo estadual, sendo dada carta-branca aos coronéis nos seus domínios

(Campos, 2003, p.24)”. O que fomentava uma política de caráter oligárquico e hegemônica no país, através dessa estruturação do poder político.

Nesse contexto de política coronelista e política dos governadores, em 1906, foi criada a política pública do Convênio de Taubaté, a qual favorecia aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, acima dos demais. Esta política criada pelo governo federal sob a vigência de Rodrigues Alves (1848-1919), e sob a tutela do ministro da fazenda, Leopoldo de Bulhões (1856-1928). Ela assegurava que o Estado brasileiro fizesse empréstimos estrangeiros para comprar a produção excedente dos cafeicultores, o que gerava como consequência o aumento dos preços que se mantinham artificialmente altos e dessa maneira favorecia os fazendeiros produtores do grão.

No convênio celebrado em Taubaté em fevereiro de 1906, definem-se as bases do que se chamaria política de “valorização” do produto. Em essência, essa política consistia no seguinte:

- a) Com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) O financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) O serviço desses empréstimos seria coberto como um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
- d) A fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. (Furtado, 2007, p. 253)

Esta política de valorização do café favoreceu os produtores em nível regional, e aumentou o poder político dos cafeicultores. Em decorrência dessa concentração de poder político, vigorou até 1930, a política do café com leite, a qual diz respeito à alternância de poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais no governo federal.

O motivo desta escolha é que o estado de São Paulo, era o estado mais rico do país por causa da produção de café, e o estado de Minas Gerais era o estado mais populoso e detinha muitos representantes na Câmara dos Deputados, bem como também era um importante produtor de café.

Conforme Campos (2003) essa política centrada nos interesses das elites agrárias do país, gerou um sistema eleitoral que foi estruturado justamente para continuar assegurando que os interesses desses que se mantinham no poder, desde os coronéis na esfera municipal, aos governadores no âmbito estadual e os demais parlamentares aliados ao governo federal, não fossem desprovidos deste poder político e conseqüentemente econômico e social, criando desta maneira um sistema viciado quanto aos representantes políticos e aos interesses que buscavam realizar.

Ocorre que, em 1922 aconteceu no Brasil a Semana de Arte Moderna, onde artistas representaram o desejo por uma construção de uma cultura mais nacionalista, em desfavor dos modelos europeus que norteavam a criação cultural brasileira até então, surgindo o movimento modernista brasileiro.

Juntamente com o movimento modernista, os operários brasileiros passaram a se rebelar e a fazer greve entre 1917-1922, demonstrando as insatisfações dos trabalhadores diante do regime trabalhista vigente. Então em 1922 foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, unificando essas demandas ressurgentes nesse período.

A política café com leite foi perdendo suas forças com o tempo, e em 1922 surgiu o movimento tenentista, o qual reclamava melhores condições de trabalho para os militares. Este movimento foi se fortalecendo à medida que avançava pelo território nacional.

Em 1925 foi formada a Coluna Prestes, que fora caminhando pelo país e propagando as ideias de renovação política, com o objetivo de retirar Artur Bernardes (1875-1955) do poder e gerar conscientização coletiva quanto aos problemas políticos do país. Esta marcha durou 2 anos e aconteceu em 11 estados (Fausto, 2019).

Em 1926, o presidente escolhido foi Washington Luís (1859-1957), e o ministro da fazenda deste governo foi Getúlio Vargas (1882-1954). Dentre as principais medidas adotadas por Vargas como ministro da fazenda estão: a) saneamento

financeiro, b) conversão da moeda (pois todo o dinheiro emitido deveria ter correspondência com as reservas de ouro no país), e c) plano rodoviário, sob o seguinte lema: “governar é abrir estradas”; tais políticas já demonstravam a intenção de descentralizar o poder político da região sudeste para as demais regiões do país, as interligando entre si.

Nesse período, entre 1921-1928 a produção de café no Brasil cresceu, e os produtores passaram a pegar empréstimos bancários com a intenção de investir mais na produção cafeeira, confiantes na política estatal de proteção dos preços do café (Convênio de Taubaté). Contudo, a crise financeira mundial ocorrida em 1929, levou o Estado brasileiro para outros rumos, e um deles foi o saneamento financeiro adotado no governo de Washington Luís, que previa a não obediência ao Tratado de Taubaté.

Os cafeicultores não satisfeitos com essa decisão, esperavam que as eleições de 1930 trouxessem renovo, com a indicação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), presidente de Minas Gerais. Mas à contragosto foi indicado para o cargo presidencial o paulista Júlio Prestes. Desta feita, Minas Gerais se uniu ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, formando um novo partido, chamado de Aliança Liberal, sob a presidência de Getúlio Vargas e vice João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930).

Contudo, Getúlio e João Pessoa foram derrotados por Júlio Prestes (1882-1946). Porém, a instabilidade política do país havia crescido diante das reclamações trabalhistas dos operários, do movimento tenentista, movimento modernista e especialmente pela insatisfação dos produtores de café, e nesse clima de tensão política, João Pessoa (1878-1930) foi assassinado na Paraíba, não há confirmação de que a morte dele tenha tido relação às eleições, embora tenha sido utilizada para promoção dessas ideias (Lira Neto, 2012).

Desta maneira, em 24-10-1930, uma junta militar invadiu o Palácio Guanabara e prendeu Washington Luís, pois ele não quis renunciar ao poder. E quatro dias depois, foi decidido pela junta militar que Getúlio Vargas assumiria ao poder, e assim aconteceu.

Uma das primeiras medidas políticas de Getúlio Vargas como presidente do país, foi suspender a Constituição Federal de 1891, uma das constituições com mais forte inspiração norte-americana, apresentando em seu bojo viés liberal, especialmente ao que toca ao campo econômico (Lenza, 2011).

Getúlio Vargas também fechou o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais, e para substituir os governadores, criou a figura dos interventores federais, que seriam escolhidos por ele e agiriam conforme seus critérios, fomentando uma forte centralização de poder nas mãos do executivo.

A fim de agradar aqueles que lhe apoiaram a conseguir o poder, Getúlio Vargas em 1931 criou o Conselho Nacional do Café, que durou até 1944, e este órgão foi responsável por queimar aproximadamente 78 milhões de sacas de café, a fim de favorecer a economia cafeeira. Vargas criou também a Comissão de Defesa de Produção do Açúcar que se transformou no Instituto do Açúcar e do Alcool, e o Instituto do Mate, Sal e Pinho (Fausto, 2019).

Em 1932, em São Paulo aconteceu a Revolução Constitucionalista, uma guerra civil que durou cerca de 3 meses, com o objetivo de pressionar o governo federal à promulgação de uma nova constituição e uma forma de manifestar a insatisfação com a descentralização de poder do estado de São Paulo (Karnal, 2017). Vargas pressionado por essa luta, editou uma nova Constituição Federal em 1934, com inspiração na Constituição alemã de 1919, chamada de Constituição de Weimar, importante por estabelecer diversos direitos sociais (Lenza, 2011).

Contudo, a Constituição de 1934 acabou por limitar os poderes de Vargas e em 1937 foi editada uma nova constituição, com inspiração na constituição da Polônia, com características autoritárias. Nesse momento houve o golpe do Estado Novo pois foi divulgado que houvera uma tentativa de os comunistas tomarem o poder, desta maneira foi necessário apelar para um plano de estado, chamado de Cohen, o qual conferia mais poderes à Getúlio Vargas. Este segundo momento do

governo de Vargas foi marcado por autoritarismo, perseguição da imprensa e centralização de poder no executivo. A Constituição de 1937 deveria ter sido confirmada via plebiscito, contudo, não aconteceu esta consulta popular (Fausto, 2019).

Em decorrência desse modelo de governar autoritário, Getúlio Vargas sofreu várias críticas, tendo como exemplo e marco o ano de 1943, quando Virgílio de Melo Franco (1897-1948), Afonso Arinos (1905-1990), Artur Bernardes (1875-1955) e Pedro Aleixo (1901-1975), se uniram e escreveram o “manifesto dos mineiros”, onde manifestaram publicamente severas críticas ao governo de Vargas. Ainda em 1943, Armando de Salles Oliveira (1887-1945) escreveu a “carta aos brasileiros” onde também expôs o descontentamento com o governo de Vargas.

Como resposta aos reclames populares, em 1944 ficou evidente que havia uma cisão entre os apoiadores do governo. Em 1945 foi dado um golpe militar via Góis Monteiro (1889-1946), ministro da Guerra, e Getúlio Vargas foi deposto. O sucessor foi José Linhares (1886-1957), que era presidente do Supremo Tribunal Federal. Em 1945, Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), foi eleito presidente do Brasil.

3.2 A crise financeira de 1929 e os desdobramentos na economia cafeeira nacional

Em 1929 houve a crise do sistema financeiro internacional, conhecido o “crash da bolsa de Nova Iorque”, o que gerou lugar às políticas mais intervencionistas e protecionistas por parte dos Estados nacionais, caracterizando uma época de regimes autoritários e centralizadores no ocidente de forma geral após 1929, e que se desembocou na Segunda Guerra Mundial entre 1939-1945 (Hobsbawm, 1995).

Segundo Furtado (2007) nesse período de 1929, o Brasil detinha $\frac{3}{4}$ da produção de café mundial, tal fato decorrente da política nacional brasileira de proteção de preços e valorização do produto por parte do Estado brasileiro, através do Convênio de Taubaté, que assegurava aos produtores a segurança para produzirem sem temerem os possíveis prejuízos, pois a medida que o Estado assegurava os preços do café no mercado internacional, fomentava no mercado interno o aumento das plantações, e em efeito negativo, essa política incentivava uma economia não diversificada em produtos e serviços, mas ao contrário, firmada em apenas produtos primários, especialmente no café.

Diante de tamanha crise financeira que se estabeleceu por um período longo de depressão na economia mundial pós 1929, a exportação de café brasileira foi comprometida, pois segundo Furtado (2007) os preços do café chegaram a baixar cerca de 80% nesse período.

Desta forma, o Estado brasileiro, nesse momento sob a gestão de Getúlio Vargas (1930-1945), produziu um programa de fomento da renda nacional através da retenção e destruição de parte da produção cafeeira, com o intuito aparente de salvar o produtor da crise econômica.

Esta política pública possibilitou a proteção de toda a economia brasileira: “ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno” (Furtado, 2007, p.268).

A crise financeira internacional de 1929 evidenciou a latente deficiência de uma economia baseada em apenas um produto, e com isso, o Estado brasileiro passou a implementar políticas de fomento à industrialização, pois até então o país baseava-se economicamente na oferta de produtos primários.

A partir da década de 1930, as políticas públicas possibilitaram o deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno, ao invés de focar-se em maior parte no mercado externo (Cano, 2008).

Houve o fomento e a substituição das importações, através da produção especialmente de insumos domésticos, pois a demanda era crescente e ainda “a importação substitutiva funcionava como estímulo e limite ao investimento industrial” (Souza & Pires, 2010, p.59).

Vargas ao decidir-se por adotar medidas protecionistas para garantir a estabilidade da economia brasileira durante a crise de 1929, implementou as bases que sustentariam anos depois a política keynesiana:

As consequências da política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira seguida, com o objetivo explícito de proteger o setor cafeeiro. Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia (Furtado, 2007, p. 268).

Desta feita, observa-se que como a economia brasileira era centrada no café, ao favorecer os cafeicultores Vargas favorecia toda a economia, que pós 1930 começou a ser diversificada para evitar problemas estruturais como este da crise de 1929.

Outra característica relevante para análise desse momento, é a concentração do poder de decisão política nacional, em dois estados, quais sejam Minas Gerais e São Paulo, os mais produtivos da época, e que com o fim da política do café com leite, teve este poder repartido com outros estados do país, pois aconteceu que:

A Revolução de 30 destruiu a hegemonia da burguesia cafeeira, mas nenhum outro setor das classes dominantes teve condições de assumi-la. A nova coalização no poder constituiu um “Estado de compromisso”, no qual se equilibraram de forma instável cafeicultores, oligarquias dissidentes (outros setores da burguesia agroexportadora ou produtora para o mercado interno), grandes comerciantes importadores e a burguesia industrial nascente, além das “categorias sociais do Estado” (militares, intelectuais e burocratas), como grupos sociais subordinados (Forjaz, 1984, p. 1).

Assim sendo, a diretriz instituída por Vargas a partir de 1930 foi um marco político e econômico na história nacional, tendo em vista que possibilitou o início da desconcentração produtiva da região sudeste e ampliou o leque de oferta dos produtos brasileiros no mercado internacional, pois passou-se a investir em indústrias e estradas no território nacional, fomentando o ideal desenvolvimentista na nação (Vieira, 2020).

Ademais, o poder político passou a ser reclamado por outras classes fora os fazendeiros e produtores, o que gerou uma ação estatal em prol desses reclames, como as leis trabalhistas, direitos políticos e valorização da cultura nacional.

3.3 Situação política do estado de Goiás até 1930

Na época da proclamação da República em 1889, Goiás tinha como governo provisório os políticos Dr. Joaquim Xavier Guimarães Natal (1860-1933), Dr. José Joaquim de Souza (1830-1913) e major Eugênio Augusto de Mello¹, os quais uniram interesses dos republicanos, conservadores e liberais, formando o Partido Republicano de Goiás. Governaram através da Junta Governativa que começou em 07-12-1889 e durou até 24-02-1890 (Goiás, 2019).

Em 1890, o presidente Deodoro da Fonseca (1827-1892) nomeou para o governo do estado de Goiás o militar Rodolfo Gustavo da Paixão (1853-1925), que esteve no poder entre: 24-02-1890 até 21-01-1891, e depois em 18-7-1891 até 07-12-1891. No entanto, quando Deodoro deixou o poder federal, Paixão também deixou o poder estadual; assumindo em seu lugar o também militar Braz Arantes², que governou entre 19-02-1892 até 17-07-1892, ligado à família Bulhões que representava importante poder político em Goiás. Ressalte-se que no intervalo do governo de Rodolfo Gustavo da Paixão e Braz Abrantes, 4 vice governadores estiveram no poder, de forma alternada e nenhum ficou mais do que o período de 3 meses.

¹ Não foram encontradas informações sobre nascimento e morte, por isso não colocadas.

² Não foram encontradas informações sobre nascimento e morte, por isso não colocadas.

Apenas em 1892 aconteceu a primeira eleição direta para presidência do estado, sendo eleito Leopoldo de Bulhões, que detinha outros cargos no governo federal, e por isso não chegou a tomar posse, assumindo seu vice o coronel Antônio José Caiado (1825-1899) que governou entre 17-07-1892 a 01-07-1893, sendo substituído por um primo de Bulhões, o militar José Ignácio Xavier de Brito³ que ficou no poder entre 01-07-1893 até 16-07-1895. O coronel Antônio José Caiado retornou ao poder e ficou nele por 2 dias (16-07-1895 a 18-07-1895) (Campos, 2003).

O Partido Republicano de Goiás, conseguiu eleger o cunhado e primo de Leopoldo de Bulhões, chamado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim (1847-1920), para a presidência do estado em 1895, este esteve no poder entre 18-07-1895 até 09-07-1898. Foi substituído por Bernardo Antônio de Faria Albernaz que esteve entre 09-07-1898 a 01-11-1898 (Goiás, 2019). Na eleição subsequente, novamente o Partido Republicano elegeu Urbano Coelho de Gouvea (1852-1925) em 1898 que governou durante 01-11-1898 a 09-06-1901, e depois José Xavier de Almeida (1871-1956) em 1901, que esteve no poder entre 12-08-1901 até 14-07-1905.

É notável a prevalência dos presidentes de estado, sempre aliados aos interesses do senador Leopoldo de Bulhões, momento chamado de bulhonismo pelos historiadores, para caracterizar a grande influência política desses agentes (Moraes, 1974).

Ocorreu em Goiás nitidamente nesse período da república velha, o que Holanda (2012) identificou como uma das problemáticas da política brasileira, de misturar o público com o privado, numa confluência de interesses e desejos; pois a família de Leopoldo de Bulhões funcionava no estado como tentáculos deste, que se mantinha no Congresso Nacional ou nos cargos de ministro da fazenda que ocupou durante os governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e Nilo Peçanha (1909-1910).

Contudo em 1901, apesar de eleito com o apoio dos Bulhões, José Xavier de Almeida se aproximou dos opositores do partido, até por fim, romper com o bulhonismo, e fundar o Partido Republicano Federal de Goiás em 1904, trazendo nomes de fora da capital (situada no noroeste do estado) para o cenário político estadual, como o caso de Hermenegildo Lopes de Moraes (1870-1905), sogro do coronel José Xavier de Almeida, de Morrinhos (sul do estado), o qual foi eleito como deputado federal por Goiás em 1906 (Senado Federal, 2021):

Ao iniciar sua gestão, Xavier de Almeida procurou mostrar-se leal aos Bulhões, mas poucos meses após ter sido empossado começou a decepcioná-los. Os Bulhões esperavam consolidar sua aliança política casando-o com uma descendente da família, mas não tiveram êxito, pois em 5 de junho de 1902 Xavier de Almeida casou-se com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo de Moraes, àquela altura considerado um dos homens de maior fortuna de Goiás e dono de grande prestígio político na região. A ruptura sobreveio em fins de 1903 e início de 1904. Em 1905 Xavier de Almeida conseguiu fazer o sucessor, Miguel da Rocha Lima, derrotando o candidato dos Bulhões. Em 1906 Hermenegildo de Moraes conquistou novo mandato deputado federal, que renovaria em 1909 (Abreu, 2010, p. 1).

Ocorre que José Xavier de Almeida em 1905 conseguiu derrotar o candidato apoiado pelos Bulhões, e conseguiu eleger com seu apoio Miguel da Rocha Lima, que governou durante 14-07-1905 até 10-03-1909. Como uma de suas principais ações políticas, adotou medidas para conter a sonegação de impostos no estado, contudo tal política foi tão impopular que gerou o Golpe de 1909, que foi um movimento dos coronéis para tirarem José Xavier Almeida do poder, que no caso era representado por Miguel Rocha Lima: “a fim de pôr termo à situação criada pela política fiscal implantada pelo xavierismo, coronéis goianos articularam um movimento sedicioso” (Campos, 2003, p. 88).

Este movimento golpista de 1909, foi apoiado pelo chefe político Leopoldo de Bulhões, representando os interesses dos fazendeiros e pecuaristas da região, que se sentiram lesionados pelas políticas de fiscalização da sonegação fiscal. Acontece que:

³ Não foram encontradas informações sobre nascimento e morte, por isso não colocadas.

diante da decisão de José Xavier de Almeida de apoiar a candidatura de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, ao governo do estado, e de lançar sua própria candidatura ao Senado, alguns integrantes da composição política situacionista, entre os quais Totó Caiado, deixaram o governo e aliaram-se a Leopoldo Bulhões e Eugênio Jardim. Em abril de 1909, esse grupo fundaria o Partido Democrata, do qual Totó Caiado seria presidente de 1912 a 1930 (Abreu, 2010, p. 4).

Todo esse movimento a fim de destituir José Xavier de Almeida, retirando do governo do estado Miguel da Rocha Lima, foi mediante a ação de homens armados. Desta forma, Miguel da Rocha Lima renunciou ao poder e em seu lugar assumiu o vice presidente Francisco Bertoldo de Sousa que governou de 10-03-1909 até 30-04-1909 (Moraes, 1974).

Em 1909, Urbano Coelho de Gouvêa (1852-1925) assumiu a presidência do estado governando por 23-07-1909 até 29-03-1912:

Urbano de Gouveia, assim como Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, era cunhado de Leopoldo Bulhões, e já havia governado o estado anteriormente, de 1898 a 1901. O sucesso do movimento proporcionou, assim, o retorno ao poder do grupo ligado à família Bulhões e a reorganização das forças políticas estaduais, além de possibilitar o surgimento de duas fortes lideranças locais: Antônio Ramos Caiado e Eugênio Rodrigues Jardim. (Abreu, 2010, p. 5)

Urbano Coelho de Gouvêa foi substituído por Herculano de Souza Lobo (1847-1928) que governou durante 24-05-1912 a 09-06-1913.

Todas essas alterações de presidentes, somadas a outros cargos da administração pública, foram para atender as necessidades do grupo político dominante em Goiás, que por sua vez estava aliado ao grupo dominante da política nacional, tendo em vista que Leopoldo de Bulhões estava inserido no cargo de ministro da fazenda de Nilo Peçanha (1867-1924) (Campos, 2003).

Ocorre que Leopoldo de Bulhões era ministro da fazenda de Nilo Peçanha entre 1909-1910, mas ao invés de apoiar o candidato de Peçanha para a presidência do país (Hermes da Fonseca) optou por apoiar Ruy Barbosa nas eleições. Tal escolha teve reflexos na política de Goiás, pois aconteceu um rompimento com os Bulhões, sendo indicado para o senado, o ex-militar e fazendeiro Eugênio Rodrigues Jardim (1858-1926) em 1912.

No governo estadual, assumiu Olegário Herculano da Silveira Pinto (1857-1944) pelo período de 30-07-1913 a 06-07-1914, por vínculos familiares com a família Caiado. Quando este renunciou ao poder, quem o substituiu foi o coronel Salathiel Simões de Lima⁴, que governou entre 06-07-1914 até 30-06-1915 (Senado Federal, 2021).

Em 1916, o presidente da república Wenceslau Vaz (1868-1966) propôs um acordo entre as elites goianas (Bulhões e Caiado), o qual previa a indicação para presidente estadual o nome de João Alves de Castro (1868-1926), com o propósito de amenizar as tensões políticas no estado entre os Caiado e os Bulhões. João Alves de Castro governou entre 14-07-1917 até 21-12-1918. Depois, entre 24-04-1919 até 14-07-1921 (Goiás, 2021).

Em 1921 Eugênio Rodrigues Jardim (1868-1926), casado com Diva Caiado, foi eleito pelo partido Democrata, sendo substituído no ano seguinte pelo coronel Miguel da Rocha Lima (1868-1935). Nesse momento, a Coluna Prestes estava em Goiás, denunciando as arbitrariedades do governo federal e também do governo estadual, por conta disso, houve um levante contra a Coluna Prestes, chamada de “Coluna Caiado”, onde: “um batalhão de voluntários foi recrutado” (Campos, 2003, p.101), para lutar contra os “invasores” do território, que no caso, estavam denunciando os abusos cometidos pelas elites dominadoras.

Em 1925, o presidente eleito foi Brasil Ramos Caiado, o qual esteve no poder entre 14-07-1925 até 12-03-1927. Quando este se afastou-se da presidência entre 12 de março e 9 de abril de 1927, foi substituído pelo segundo vice-presidente,

⁴ Não foram encontradas informações sobre nascimento e morte, por isso não colocadas.

Diógenes de Castro Ribeiro, que ficou no poder entre 12-03-1927 até 09-04-1927. Seu sucessor foi Alfredo Lopes de Moraes que ficou no poder entre 14-07-1929 até 11-08-1930 (Senado Federal, 2021).

Nas eleições de 1929, o nome indicado para presidente do estado de Goiás era Lincoln Caiado⁵, mas o presidente Washington Luís (1869-1957) apoiou Alfredo Lopes de Moraes⁶, quebrando a tradição caiadista que se mantinha no poder, Moraes era fazendeiro e chefe político de Morrinhos. Contudo, na representação federal goiana, os candidatos eram ligados ao caiadismo.

Em 1930, Moraes deixou o poder do estado, e foi substituído pelo 1º vice-presidente Humberto Martins Ribeiro (1898-1947), que ficou até 27-10-1930. Posteriormente, assumiu Carlos Pinheiro Chagas como presidente provisório entre 27-10-1930 até 30-10-1930, e então veio o acontecimento da Revolução de 1930, que teve como consequência em Goiás diminuir o poder político dos Caiado e Bulhões, alterando a política estadual (Nascimento, 2018).

4. Resultados

4.1 Goiás após a Revolução de 1930: efeitos políticos

Com a prevalência da política dos governadores implantada por Campos Sales, onde os governadores detinham autonomia sobre seus estados, Campos (2003) avalia que o estado de Goiás tinha uma “autonomia negativa”, durante todo o período da República Velha e início do governo Vargas. Ou seja, uma autonomia decorrente da indiferença dos grupos políticos que se mantinham no poder estadual e que pouco faziam para integrar o estado ao restante do país.

Através de meios de comunicação e transporte escassos, o estado de Goiás se mantivera numa situação de periferia com setores de serviços e indústria inexpressivos diante da economia nacional até 1930, tendo sua base econômica unicamente na pecuária, o que pode ser comprovado pela observância do Recenseamento de 1920 (Brasil, 1927, p.14): “Em Goyaz o capital das indústrias apurado em 1920 é menor do que o registrado no censo anterior de 1907”. Nesse mesmo documento, consta que o total de empresas em Goiás em 1920 era exatamente 16 empresas, número pouco expressivo, ficando acima apenas do Acre que constava com 10 empresas (Brasil, 1927).

A opção pela pecuária, pode ser resumida à característica de auto locomoção do gado, pois devido à ausência de estradas que ligassem o estado de Goiás aos outros estados e assim favorecesse o comércio, a opção por um produto que se auto transportava se mostrava mais adequada (Campos, 2003).

A agricultura até 1930 não era uma atividade que tinha destaque no estado, pois conforme o relatório apresentado por Pedro Ludovico Teixeira ao presidente Getúlio Vargas em 1933, a agricultura ocupava apenas 6% das despesas estaduais (Teixeira, 1933).

Quando Vargas chegou ao poder em 1930, trouxe consigo os ideais nacionalistas de desenvolvimento do país, e para isso passou a nomear os interventores federais nos estados, que serviram como instrumentos do governo federal, enfraquecendo as oligarquias regionais e em contrapartida fortalecendo a união nacional, ou a ideia de nação, pois havia sobre a figura pessoal do presidente Vargas, a imagem de estado e nação (Arrais, 2016).

Em Goiás, nos meandros da década de 1930, a tensão política entre os representantes do sul e sudeste do estado, contra os da região noroeste e norte, estava bem acirrada, pois conforme Jerônimo (2013) a velha política goiana representada pelos Caiado e Bulhões, não apoiou a Aliança Liberal, e desta forma, quando Getúlio Vargas assumiu o poder federal, houve expectativas de mudanças estruturais em Goiás, e Pedro Ludovico Teixeira foi essa figura que endossou essa premissa de mudança, quando percorreu cidades goianas em prol da Revolução de 1930, buscando lutar contra a continuidade do poder político nas mãos da família Caiado e Bulhões:

⁵ Não foram encontradas informações sobre nascimento e morte, por isso não colocadas.

⁶ Não foram encontradas informações sobre nascimento e morte, por isso não colocadas.

A oposição goiana, representada por Ludovico e apoiada pela oposição nacional, estava disposta a lutar para tomar o poder. Para tal, contou com o apoio armado do exército, que lutou ao lado das chamadas colunas Ludovico, formadas por forças civis goianas e por tropas militares mineiras. Em Goiás, foi empossado por Getúlio Vargas em 1930, um Interventor Federal, logo em seguida, formou-se uma junta governamental composta pelos políticos goianos Mário D'Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira e o Desembargador Emílio Francisco Póvoa. Essa junta durou pouco, pois foi nomeado, como Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (Jerônimo, 2013, p. 25).

Pedro Ludovico Teixeira seguiu pelas cidades goianas de Rio Verde até Goiás com cerca de 110 homens, lutando pela Revolução de 1930. Ao chegar em Goiás, antiga capital do estado, os líderes regionais caiadistas tinham fugido e assim foi empossada a junta governamental composta por Mário D'Alencastro Caiado (1876-1948), Emílio Francisco Póvoa (1867-1949) e Pedro Ludovico Teixeira (Souza, 2015).

O governo Vargas em 1930, nomeou Pedro Ludovico Teixeira interventor em Goiás, pois visava colonizar o sertão goiano, através da modernização. Era para tanto necessário “capturar o oeste” e Pedro Ludovico Teixeira era esse personagem que se propusera a lutar contra a dominação oligárquica, identificada com o atraso e em contraponto, estabelecer, uma nova política baseada no progresso e modernidade (Jerônimo, 2013).

Para cumprir essa intenção de gerar progresso e desenvolvimento em Goiás, foram tecidas algumas políticas públicas, das quais focar-se-á em duas principais: a) Marcha para o Oeste, e b) construção da nova capital: Goiânia.

4.2 Marcha para o oeste e a construção de Goiânia

A Marcha para o Oeste foi segundo Jerônimo (2013) um lema inaugurado na década de 1930, que tinha como objetivo promover a ocupação do centro-oeste do país, e integrá-lo economicamente através do fomento da produção agrícola e transportes, tendo em vista que a região se encontrava numa situação de periferia diante do restante do Brasil.

Pode ser definida como uma política que visava: “a ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território, e ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional” (Pádua, 2007, p. 626).

A campanha oficial de Marcha para o Oeste foi lançada oficialmente em 1938 e além de visar o povoamento da região centro-oeste, também intencionava controlar o território e a população, pois Vargas tinha o objetivo de unidade nacional, e para conseguir atingi-lo, era necessário diminuir o poder das elites oligárquicas tradicionais e concentrá-lo nas mãos do chefe nacional do poder executivo (Arrais, 2016).

Com o Estado Novo em 1937, foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que serviu para divulgar imagens e símbolos nacionalistas, vinculados ao governo de Vargas. Este departamento foi utilizado por Vargas para promover a Marcha para o Oeste, criando imagens simbólicas sobre o Oeste brasileiro, incentivando migrações e enaltecendo o projeto estatal de preencher o centro oeste do país (Silva, 2017).

Nesse cenário, o estado de Goiás foi identificado como “sertão”, inclusive no relatório de Pedro Ludovico Teixeira para Getúlio Vargas na década de 1930 (Teixeira, 1933). O termo de “sertão”, se destinava a descrever um espaço que poderia ser transformado e modernizado através da Marcha para o Oeste. Amado (1995) instrui que sertão é uma categoria de análise histórica utilizada para definir o que está aquém do progresso, diz respeito à uma região isolada, perigosa, ou melhor, desconhecida. Goiás era como um sertão, que deveria ser modernizado, capturado e domado pela nova política (Jerônimo, 2013).

Dessa forma além do DIP, a Marcha para o Oeste foi promovida pela literatura, especificamente pela obra de Cassiano Ricardo: “Marcha para o oeste”, lançada em 1940, onde o autor narra uma história que privilegia o interior, afastado do litoral, demonstrando através da literatura que nesse núcleo interiorano estaria o progresso, liderado por um chefe político

carismático e preciso em suas decisões. Uma análise muito positiva do governo Vargas e da proposta de Marcha para o Oeste (Cassiano, 2002).

Para promoção da Marcha para o Oeste também foram utilizadas as revistas: Revista Cultura Política e a Revista Oeste, que divulgavam ideias afirmativas sobre o governo e este projeto de estado (Arrais, 2016).

Pedro Ludovico Teixeira era o personagem encarregado de guiar Goiás nessa busca pelo progresso, pode ser identificado com a figura do bandeirante, que ia adiante levando progresso e crescimento para o seu destino (Jerônimo, 2013).

Como meio de modernizar o estado de Goiás, e gerar desenvolvimento ao sertão, Pedro Ludovico Teixeira encabeçou o projeto de construir uma nova capital para o estado, com a escusa de que a antiga capital possuía: “terreno acidentado, montes altos, clima de temperatura alta e problemas de abastecimento de água, rede de esgoto e habitações” (Pádua, p. 627).

Enquanto que, Jerônimo (2013) anota que as verdadeiras intenções na construção de Goiânia estavam mais ligadas com a ideia de romper com a velha política caiadista que tinha seu lócus em Goiás, e assim, criar uma nova cidade moderna para abrigar a nova capital:

O deslocamento da capital, além de solução para os dilemas geopolíticos, promovia o aniquilamento do sertão, possibilitando o projeto mudancista à própria essência arcaica que prometia vencer. Contudo, é importante reiterar que Ludovico tinha como principal objetivo silenciar e aniquilar o poder político dos Caiados, ou seja, a recorrência à imagem do sertão era fundamental para denegrir a imagem política do grupo adversário. (Jerônimo, 2013, p. 92)

A construção de Goiânia só foi possível porque Pedro Ludovico Teixeira estava alinhado com a política federal de Vargas, ou seja, o projeto de modernização do estado de Goiás, somente se viabilizou a medida que a política estadual estava coligada com a política federal, e a medida que houve interesse federal em Goiás, pois o estado de Goiás serviu como símbolo de conquista para o Estado brasileiro. O sertão indomado que foi sendo conquistado e civilizado pelos migrantes através do projeto desenvolvimentista de Vargas, encarnado na política da Marcha para o Oeste.

A cidade de Goiânia foi construída mediante união de esforços do governo estadual e federal, simbolizando um novo tempo para o estado de Goiás, o do progresso, encabeçado pela liderança de Pedro Ludovico Teixeira que por sua vez representava o presidente Getúlio Vargas.

Além da construção de uma nova capital o Estado brasileiro implementou em Goiás a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), através de projetos federais desenvolvidos entre 1940 e 1950, sendo esta a primeira de 8 colônias implantadas no país. Esta política pública fazia parte do pacote da Marcha para o Oeste, o espaço que a sediou foi a zona conhecida como Mato Grosso Goiano, localizada atualmente na região da cidade de Ceres (Castilho, 2009).

Sobre as características da CANG: “Os lotes de terra foram distribuídos gratuitamente na área da Cang, numa superfície de 106 mil hectares. A maioria deles media de 20 a 30 hectares cada, diferença baseada na fertilidade e localização de cada lote (Pádua, 2007, p. 631).”

Este assentamento resultou em crescimento da população rural na área no período, e ainda teve como consequências o aumento da produção agrícola: “Apesar das condições precárias de moradia e de produção, na década de 1950 a CANG já se destacava na produção agrícola de Goiás, uma vez que o Mato Grosso Goiano, onde se localizava a CANG, era a principal área agrícola do Estado daquele período” (Castilho, 2009, p. 122).

Embora o aumento produtivo seja expressivo segundo Castilho (2009) a CANG também trouxe consequências de âmbito ambiental, pois estava em espaço de fronteira agrícola, e conseqüentemente houve devastação florestal, através do uso de técnicas tradicionais como queimadas, que causaram a perda de parte considerável da vegetação nativa e falta de conhecimento técnico sobre como lidar com o ambiente. Ademais, havia na região pobreza em decorrência da “falta de créditos aos pequenos produtores” (Pádua, 2007, p. 631), e do acúmulo de migrantes em pouco tempo.

Segundo Borges: “O projeto de modernização conservadora implementado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, não alterou de imediato a arcaica estrutura de produção no campo (Borges, 2000, p. 11).” Pois apesar da Marcha para o Oeste ter atraído muitos migrantes para o estado de Goiás, e a CANG ser em grande parte o espaço que abrigaria essas pessoas, muitos deles não foram contemplados pelo parcelamento de terras, sendo acomodados na região que atualmente é Rialma, em condições precárias de existência (Silva, 2017).

E a grande estrutura oligárquica e latifundiária ainda permanecia no estado, ainda que Pedro Ludovico Teixeira representasse o ideal de novo político, a estrutura agrária foi mantida no estado de Goiás (Silva, 2002).

Jerônimo (2013) coloca que na história de Goiás na época anterior ao governo de Pedro Ludovico Teixeira havia uma dominação oligárquica que corresponde ao atraso, e posteriormente veio a dominação capitalista que se camufla no discurso da modernidade. Sobre isso:

A relativa defasagem no desenvolvimento da sociedade agrária goiana é explicada a partir da concepção do desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista, a qual produz e reproduz desigualdades sociais e regionais, estabelecendo ritmos diferenciados de acumulação nos diversos espaços econômicos integrados ao processo de produção de mercadorias.” (Borges, 2000, p. 13)

Desta maneira é possível perceber que o Estado brasileiro sob a tutela de Getúlio Vargas a partir de 1930 teve modificações estruturais que fomentaram um novo arranjo político em todo o território nacional, e quanto ao estado de Goiás, as principais alterações se deram no sentido político, ao quebrar a hegemonia dos Caiado e Bulhões, e assim integrar o estado através da Marcha para o Oeste, que compreendeu a construção de Goiânia e a instalação da CANG como suas políticas principais.

Os resultados foram o aumento da produção agrícola do estado, como demonstra o aumento dos estabelecimentos agropecuários em 1940 que registrou 55.908 estabelecimentos agropecuários em contraste com 16.634 do censo de 1920 (Brasil, 1952).

E ainda: “o estado patrocinou investimentos na construção civil e infraestrutura viária, tais empreendimentos deram lucros a empreiteiros e ao capital comercial, bem como valorizaram a propriedade da terra e o patrimônio das elites agrárias tradicionais” (Borges, 2000, p. 73).

O que gerou desenvolvimento do estado em infraestrutura e urbanização, além de abrir espaço para o que viria na década de 1960 com a Revolução Verde e mecanização do solo, colocando o estado de Goiás entre os principais produtores rurais do país.

4.3 As elites agrárias e o poder político no Brasil

Com a independência política do Brasil e o fim do monopólio de comércio português tornou-se possível a formação e o rápido crescimento de uma burguesia comercial brasileira. Essa burguesia comercial participou da empresa imigratória que conduziu, à substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a expansão da malha ferroviária e a criação de instituições de crédito (Souza & Pires, 2010, p.45). O que mostra como a elite brasileira está diretamente ligada à aprovação de leis e medidas políticas que alterem a estrutura estatal ao seu favor.

Codato (2008) ao discutir sobre como as elites dominam o Estado, coloca que especificamente no caso de Goiás durante o Estado Novo, Getúlio Vargas escolheu Pedro Ludovico Teixeira como interventor por ser um elemento do próprio estado de Goiás, contudo isto não significa que este representava o povo goiano, mas ao contrário, que representava os interesses das novas elites goianas que contrastavam com as antigas: Bulhões e Caiado:

O pré-requisito histórico que tornou todos esses acontecimentos possíveis – “purificação” da elite, limitação do número bruto de representantes, novos modelos e novos mecanismos da representação política – foi o “fortalecimento” do Estado federal (Codato, 2008, p. 180).

No Brasil desde 1889 houve a preponderância das elites estarem no poder, contudo em 1930, através da Revolução que fez Vargas chegar ao poder, houve uma modificação dessas elites, não necessariamente o governo se tornou mais popular, mas as elites que estavam no poder deram espaço para uma nova elite, uma mais ligada com a indústria do que com a terra, embora os representantes da classe agrária jamais tenham sido totalmente retirados do poder no Brasil.

E em Goiás, a figura de Pedro Ludovico Teixeira como interventor ilustra essa característica do governo de Vargas, pois ao retirar os Caiado e Bulhões do poder, Vargas coloca o estado de Goiás nas mãos de um outro governante representante de uma nova elite agrária, vinculada ao sul do estado de Goiás. Não havendo, portanto, a retirada do poder estadual das mãos das elites agrárias, mas uma alternância de interesses (Codato, 2008).

As grandes transformações sociais ocorridas no Brasil, tais como a Abolição da Escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889 e a promulgação do Estatuto da Terra em 1964, não foram efetuadas através de uma mobilização popular, mas foram decorrentes de acordos entre as elites que dominam o poder político no país.

São transformações sociais que ao mesmo tempo que beneficiam o povo, camuflam interesses das elites, como no caso da Abolição da escravatura que deu origem a importação de mão de obra estrangeira europeia e favorecimento do comércio internacional, tanto que os negros libertos não tiveram o apoio estatal para conduzirem suas vidas como livres. O interesse não era a liberdade dos escravos, mas a busca por uma imagem positiva diante das imposições internacionais, que possibilitavam maiores chances de comércio de produtos produzidos no Brasil.

Quanto à Proclamação da República em 1889, novamente se tratou de um acordo realizado entre as elites brasileiras e portuguesas, sem que o povo participasse do processo decisório. O Estatuto da Terra em 1964, repete esse padrão de acordo entre elites, pois é irônico que em um período de ditadura militar tenha sido legislado sobre condições do Estado fazer reforma agrária, o que na verdade foi uma camuflagem, pois essa lei não promoveu a reforma agrária, mas apenas regulamentou formas de os proprietários da terra se manterem no direito de propriedade. Dessa maneira, é possível perceber que as reformas estatais no Brasil ocorrem dos governantes representantes das elites agrárias para o povo e não do povo para o governo (Martins, 2017)

O fato de Goiás ter tido mais prestígio diante da política nacional pós Revolução de 1930, não aconteceu por uma revolta popular, mas por uma imposição do governo federal ao colocar Pedro Ludovico Teixeira como interventor, e implementar através do governo deste, medidas de modernização e desenvolvimento para o estado. Ou seja, por conta de um acordo entre representantes de elites agrárias.

Nesse sentido:

Desde o século XIX, as elites oligárquicas vestem a máscara do liberalismo e das concepções políticas modernas sem abrir mão de seus compromissos com a tradição e o latifúndio antiempresarial, entorpecedor do progresso, e sem abrir mão de suas teias de clientelismo político que nos mantêm muito aquém da política e da civilização. (Martins, 2017, p.7)

É possível observar que Pedro Ludovico ao assumir ao poder em Goiás e afirmar que se tratava de um novo momento, não fez muito mais do que os seus antecessores, pois na prática, os problemas estruturais continuaram existindo, a questão do latifúndio, da dominação clientelista, os resquícios do coronelismo, pobreza, falta de estrutura urbana, dentre outras. Houve um aumento da produção agrícola, no entanto não houve distribuição de terras, nem investimentos sociais consideráveis (Gomide, 1999).

A construção de Goiânia que visava o modernismo, a saída do estado de Goiás do estado de apatia e periferia não foi um desejo popular entre os goianos, segundo Jerônimo (2013) houve entraves à mudança de capital, quem realmente desejava

essa alteração eram os fazendeiros da região Sul e Sudeste do estado que desejam lucrar com a ligação com o resto do país de maneira mais efetiva. Portanto, até mesmo a nova capital goiana feita para o povo goiano se tratou de uma imposição das elites agrárias sob a tutela do Estado brasileiro nas pessoas de Pedro Ludovico Teixeira e Getúlio Vargas.

Ademais, fica notável na história que “no Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (Martins, 2017, p. 18), ou seja, manter o atraso pode ser útil para que alguns agentes se mantenham no poder. Em Goiás pode-se verificar essa afirmação através da análise do período estudado, pois desde a Proclamação da República em 1889 até 1930, foram tomadas decisões políticas que privilegiaram o atraso, a fim de que alguns poucos se mantivessem no poder. E quando alguém se desalinhou dos interesses das elites que controlavam a máquina estatal, era retirado e substituído, a fim de que o sistema político fosse controlável e utilizado para beneficiar alguns.

Embora Pedro Ludovico Teixeira mantivesse um discurso de transformação, as principais mudanças estruturais que foram feitas em Goiás, foram decorrentes de decisões do governo federal. A Revolução de 1930 no Brasil significou alternância das velhas elites que se mantinham no poder, para outras elites representantes de outros interesses, pois a partir da desconcentração política de São Paulo e Minas Gerais, outros agentes tiveram acesso ao poder político. Mas não houve mudança quanto ao fato de as decisões políticas não serem tomadas por meios democráticos. Em relação à Goiás, foi repetido o mesmo padrão nacional, embora tenham deixado o governo estadual as elites antigas Caiado e Bulhões, o fato de Pedro Ludovico Teixeira assumir o poder não foi por si só resultado de um desejo popular, mas uma imposição do governo federal a fim de cumprir suas metas de desenvolvimento nacional (Rodrigues, 2018).

A Revolução de 1930 portanto evidenciou que no Brasil as decisões políticas são via de regra tomadas por representantes das elites agrárias e não de origem popular. Tanto no que concerne ao governo federal quanto estadual.

5. Considerações Finais

A pesquisa realizada evidenciou alguns pontos centrais, sendo eles:

1) Em Goiás desde o primeiro governador eleito Leopoldo de Bulhões, até Pedro Ludovico Teixeira, o poder político do estado esteve concentrado nas mãos de famílias específicas (Caiado e Bulhões), representadas por seus governantes estabelecidos, o que demonstrou a não participação popular das decisões públicas e pouco acesso aos cargos eletivos pelo povo.

2) O estado de Goiás até 1930 foi mantido em decorrência dessa concentração de poder numa condição de autonomia negativa, ou seja, propositalmente (por ação ou omissão) colocado à margem dos demais estados nacionais, seja pela falta de acesso ao litoral, ou ausência de meios de transportes eficazes e estradas.

3) A Revolução de 1930 trouxe efeitos de transformação para o estado de Goiás, pois ao romper com as famílias tradicionais políticas (Caiado e Bulhões) colocando Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal, o governo Vargas passou a incluir o estado de Goiás nos quadros da economia nacional, o que é representado pela comparação dos censos de 1920 e 1940.

4) Além do crescimento produtivo em Goiás, a Revolução de 1930 implicou em investimentos nacionais no estado, que mudaram a dinâmica estrutural de Goiás, como a construção da Colônia Agrícola Nacional em Ceres e a construção da capital Goiânia.

5) Pedro Ludovico Teixeira por estar alinhado com a política federal na pessoa de Vargas conseguiu muitos avanços estruturais para o estado de Goiás, contudo, é importante lembrar que tais alterações só foram possíveis por conta do interesse nacional em incluir o estado aos demais estados do Brasil, através da política nacional de Marcha para o Oeste, não sendo um mérito exclusivo do governo estadual.

6) As transformações estruturais como construção de estradas, mudança da capital, implementação da CANG, só foram possíveis através do rompimento com velhas elites goianas (Caiado e Bulhões) e a medida que o governo estadual estava alinhado com os interesses do governo federal, nenhuma dessas transformações estruturais foi decorrente do reclame popular.

Diante disto, é notável que a Revolução de 1930 trouxe aspectos muito importantes da política goiana à tona, como a dominação oligárquica tradicional simbolizada pelos Bulhões e Caiado, e a expectativa da modernização representada pela figura de Pedro Ludovico Teixeira. Embora, se perceba que a ruptura com essa dominação política vinculada às elites agrárias não se desfez, apenas se camuflou no discurso da modernidade.

A pesquisa ainda revelou que há muito ainda para ser discutido acerca do passado do estado de Goiás, pois no período republicano entre 1889-1930, tivemos dificuldades em localizar artigos científicos, teses e dissertações que aprofundassem a discussão sobre os governantes goianos, sendo necessário recorrer ao Dicionário da Elite Política Republicana, disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) para obter esses dados. Dessa maneira fica evidente a necessidade de pesquisas na história regional de Goiás.

Para continuidade desta linha de pesquisa, sugerimos outras que possam responder as perguntas: Qual localidade do estado mais se beneficiou da infraestrutura disponibilizada na década de 30? As velhas elites goianas (Caiado e Bulhões) retomaram o poder político do estado? Quais efeitos dessa velha política nos dias atuais?

Enfim, este trabalho não teve a intenção de esgotar a temática, tendo em vista a grande possibilidade de exploração deste tema. Contudo, teve como propósito fornecer dados e informações sobre a história política de Goiás e discuti-los a partir de uma abordagem crítica. Outros trabalhos podem se beneficiar deste e responder muitas outras questões que pairam sobre as lacunas da bibliografia. Sabe-se por ora que a Revolução de 1930 foi fundamental para que o estado de Goiás saísse da condição de autonomia negativa e passasse a participar mais das políticas públicas nacionais, e assim romper com a dominação oligárquica das famílias tradicionais que durante muitos anos oscilaram no poder político do estado.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e sucesso do artigo.

Referências

- Abreu, A. A., et al (2010) *Dicionário da Elite Política Republicana*. <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>
- Amado, J. (1995). *Região, Sertão e Nação*. Ed. Estudos Históricos.
- Arrais, M. E. (2016). *A Marcha Para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, DF, Brasil. <https://bdm.unb.br/handle/10483/15448>.
- Batista, L. dos S., & Kumada, K. M. O. (2021). Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. *Revista Brasileira De Iniciação Científica*, 8, 1-9 <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>
- Brasil. (1927). *Recenseamento de 1920: Censo geral da população e 19 da agricultura e das indústrias*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>
- Brasil. (1952). *Recenseamento de 1940: Série Regional Goyaz*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf
- Borges, B. G. (2000) *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Ed. UFG.
- Campos, I. (2003) *Coronelismo em Goiás*. Ed. Vieira.
- Cano, W. (2008) *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. Ed. UNESP.
- Cappellari, H. C. L., & Rezende, K. (2021). Processual Business: a brief analysis on the aspects. *Research, Society and Development*, 10(14), 1-9. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21649>
- Cassiano, L. de C. (2002). *Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Brasília, Brasília, DF, Brasil.

- Castilho, D. (2009). A Colônia agrícola nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO-Brasil. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, 1 (1), 117 – 139.
- Codato, A. N. (2008). *Elites e Instituições no Brasil: Uma análise contextual do estado novo*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Fausto, B. (2019) *História do Brasil*. Ed. Edusp.
- Forjaz, M. C. S. (1984) Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945). *Revista de Administração de Empresas*, 24 (3), 35-46. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901984000300006>.
- Furtado, C. (2007) *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (1995) *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Ed. Companhia das Letras.
- Gomide, C. H. (1999) *Centralismo político e tradição histórica em Goiás (1930-1978)*. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Holanda, S. B. (2012) *O homem cordial*. Ed. Companhia das Letras.
- Jerônimo, M. J. A. F. (2013) *Pedro Ludovico Teixeira x Antônio (TOTÓ) Ramos Caiado: Memórias, Ressentimentos, Esquecimentos e Silêncios (1930-1970)*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Karnal, L. (2017) *Todos contra todos, o ódio nosso de cada dia*. Ed Leya.
- Lenza, P. (2011) *Direito Constitucional esquematizado*. Ed. Saraiva
- Lira Neto, J. C. de. (2012). *Getúlio: 1882-1930*. Ed. Companhia das Letras.
- Martins, J. de S. (2017) *A política do Brasil: lúmpen e místico*. Ed. Contexto.
- Moraes, M. A. S. (1974) *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Ed. Oriente.
- Nascimento, D. F. (2018) O Popular e a Folha de Goyaz: o sucesso na produção da hegemonia e as contribuições para a formação de uma sociedade civil em Goiás (1930-1960). *Revista Espaço Acadêmico*, 17, (202), 74-84. <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40311>.
- Pádua, A. A. S. (2007) A sobrevida da marcha para o oeste. *Estudos*, Goiânia, 34, (7/8), 623-643.
- Rodrigues, F. R. (2018). História Política de Goiás, o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a Dominação Tradicional. *Multi-Science Journal*, 1, (2), 3-13. <http://dx.doi.org/10.33837/msj.v1i2.73>.
- Senado Federal (2021) *Biografia dos senadores* <https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/1611/?ano=2021>
- Silva, L. S. D. (2002). Progresso e Sertão Goiano: A Espera. In: Botelho, T. R. et al. *Goiânia: Cidade Pensada*. Ed. UFG.
- Silva, S. D. (2017) *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Ed. Mauad.
- Souza, L. E. S. & Pires, M. C. (2010) A Economia escravista mercantil e o modelo primário-exportador (1808-1930). In: Pires, M. C et al. *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. Ed. Saraiva.
- Sousa, I. M. M et al (2018) Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, 1(1), 45-54 <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25938/1/rperv1n1%2Cp.45-54.pdf>
- Souza, R.B. (2015). *A História não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Teixeira, P. L. (1933). *Relatório ao Exmo. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira – Interventor Federal*. Goiânia. Ed. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial.
- Unesp (2015) *Tipos de revisão de literatura*. <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>.
- Vieira, R. Z. (2020). Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950). *Brazilian Journal of Political Economy*, 40, 788-806. <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3069>